XIX CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFLA

27 de setembro a 01 de outubro de 2010

AS POSSIBILIDADES DA CONTABILIDADE EMERGÉTICA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL

MARÍLIA PAULA DOS REIS TEIXEIRA, ELISA ZWICK, MOZAR JOSÉ DE BRITO

Os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas têm inserido no meio acadêmico diferentes reflexões teóricas, as quais sinalizam à possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Com isso, urge o repensar das ações dos governos mediante a reformulação e adequação constante de políticas públicas que deem conta da regulamentação de uma nova relação do ser humano para com o meio ambiente. Recentemente foi sancionada no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - a qual se embasa no método de análise Ciclo de Vida do Produto para a gestão dos resíduos sólidos domésticos, industriais e comerciais. Todavia, esse método apresenta apenas descrições de aspectos tangíveis, negligenciando as características sociais inerentes aos processos. O presente estudo defende a utilização do método da Análise Emergética como forma de complementar o método do Ciclo de Vida do Produto, visto que esse é capaz de mensurar e valorar os impactos que a atividade humana nos âmbitos produtivo, comercial, de consumo, econômico e social têm produzido sobre a biosfera. A Análise Emergética é definida como a disponibilidade de energia que é utilizada em transformações diretas ou indiretas para produzir um produto ou serviço (ODUM, 1996). A emergia ou memória energética permite o levantamento de todos os fatores que contribuem na produção de bens e serviços num mesmo denominador: a energia da radiação solar equivalente ou necessária para o processo integral de produção (SCIENCEMAN, 1987). Além de ser considerado como um método que envolve todos os aspectos de um sistema, outro fator que justifica o seu uso pelas políticas públicas ambientais brasileiras é o fato de que a emergia é uma unidade de medida universal. Dessa forma, as suas especificidades permitem que se construa uma visão mais real da relação entre as atividades humanas e o meio ambiente e, aliado ao que se propõe sob o ponto de vista legal, o seu emprego como ferramenta possibilitaria amparar de forma mais completa as políticas públicas, potencializando, assim, a promoção da justiça social.

Palavras-chaves: Meio Ambiente, Análise Emergética, Políticas Públicas Ambientais.